

PROGRAMA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

Nº CPI 001/CCP/2024

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO NOVO PARA CTE DE INFORMÁTICA

**ENSINUS – Estudos Técnicos e Profissionais, S.A., entidade proprietária da Escola
Profissional INETE – Instituto de Educação Técnica**

Outubro de 2024

ENSINUS – ESTUDOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS, SA

Rua Alexandre Braga, n.º 25, 1169-220 Lisboa, Tel. 21 311 09 90 | WWW.INETE.PT | rumo@inete.pt
NIPC 502 052 341 | Capital Social 400.000,00€

 grupo
ensinus

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de mobiliário e equipamento destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática - Componente 6 "Qualificações e Competências" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovado pela Decisão de Execução do Conselho da União Europeia de 16 de junho de 2021, previsto no Investimento RE-C06-i01: Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, nos termos melhor definidos no Caderno de Encargos.
2. Para a aquisição de mobiliário e Equipamento destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática - Componente 6 "Qualificações e Competências" do PRR, pretende-se a contratação de acordo com os lotes seguintes:
Lote 1- 50.899,30€ (cinquenta mil oitocentos e noventa e nove euros e trinta cêntimos) - CPV 39000000-2
Lote 2 – 20.930,78€ (vinte mil novecentos e trinta euros e setenta e oito euros) - CPV 39000000-2
Lote 3 –408 798,00 € (quatrocentos e oito mil setecentos e noventa e oito euros) – CPV 30200000-1
Lote 4- 271 625,88 € (duzentos e setenta e um mil seiscentos e vinte e cinco euros e oitenta e oito euros) – CPV 30200000-1
3. O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público COM Publicidade Internacional, nos termos da alínea A) do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, na versão em vigor, adiante designado por CCP.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade adjudicante, ENSINUS – Estudos Técnicos e Profissionais, S.A., entidade proprietária da Escola Profissional INETE – Instituto de Educação Técnica, pessoa coletiva n.º 502052341, com sede na Rua Alexandre Braga, nº 25, 1169-220 LISBOA, sítio na internet: www.inete.pt, telefone: 213110990, fax: 213110998, E-Mail: inete@inete.pt, tendo a decisão de contratar sido adotada pelo seu Conselho de Administração, ao abrigo dos poderes próprios.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Administrativo da entidade adjudicante, em 2 de julho de 2024, no uso de competência própria [nos termos do artigo 36.º do CCP e artigo 38º, al. c), do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho].
2. Previamente à decisão de contratar foi:

ENSINUS – ESTUDOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS, SA

Rua Alexandre Braga, n.º 25, 1169-220 Lisboa, Tel. 21 311 09 90 | WWW.INETE.PT | rumo@inete.pt
NIPC 502 052 341 | Capital Social 400.000,00€

- (i) obtida, em 18 de 04 de 2024, a aprovação da candidatura submetida ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (aviso Nº 01/C06-i01.01/2022), mediante Termo de Aceitação da operação com referência 1476;
- (ii) efetuada consulta preliminar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º-A, do CCP, cujo conteúdo incorporou a proposta de orçamento apresentada em sede de processo de candidatura no aviso PRR Nº 01/C06-i01.01/2022, devidamente aprovada. A informação pertinente resultante da referida consulta preliminar será, caso seja solicitada, disponibilizada, após o termo do prazo de apresentação de propostas, aos concorrentes do procedimento.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 4.º

Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Programa e do Caderno de Encargos no âmbito do presente procedimento, bem como, a apresentação de uma lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, podem ser solicitados pelos interessados ao Júri designado pela entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica referida no artigo 5.º, até às 23h:59m do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos e a pronúncia sobre a deteção dos erros e omissões identificados pelos interessados, serão prestados, pelo mesmo meio apresentado no número anterior, até às 23h:59m do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 5.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas devem ser submetidas eletronicamente até às 23h:59m do 35.º dia a contar da data de envio do anúncio para Diário da República quanto ao presente procedimento, através da plataforma eletrónica <https://pt.vortal.biz/>.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a submissão das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 6.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 7.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (**ver Anexo I ao presente Programa de concurso**);
 - b. Declaração de preço contratual, elaborada em conformidade com o **Anexo II** ao presente Programa de concurso;
 - c. Proposta contendo listagem discriminada dos bens propostos, incluindo a descrição das características técnicas das soluções tecnológicas, identificando a marca e modelo (part number) dos equipamentos e mobiliário propostos, elaborada em conformidade com o **Anexo III** ao presente Programa de concurso;
 - d. Certificados, declarações ou comprovativos dos requisitos e especificações técnicas definidos no Caderno de Encargos;
 - e. Declaração de independência da proposta (**Anexo IV ao presente Programa de concurso**);
 - f. Declaração de inexistência de conflito de interesses (**Anexo V ao presente Programa de concurso**).
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, sendo admissível a apresentação de documentos em inglês, espanhol ou francês quando o documento original for da autoria de terceiro e estiver numa dessas línguas, sendo para qualquer outro idioma exigível a apresentação de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes do proponente.
3. Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante das declarações referidas no n.º 1, como por exemplo certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações no n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo

representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros ou respetivos representantes
(ANEXO VI e VII).

5. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

Artigo 8.º

Propostas variantes, parciais ou condicionadas

1. Não são admitidas propostas variantes.
2. Não são admitidas, no contexto de cada lote, propostas parciais.
3. Não são admitidas propostas condicionadas.

Artigo 9.º

Divisão em lotes

Os concorrentes podem concorrer aos lotes que entenderem, mas têm de responder a todos os itens de cada lote.

Artigo 10.º

Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, tendo em conta a modalidade monofator, relativo à avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. As entidades que apresentarem proposta são ordenadas segundo o preço total da respetiva proposta, por ordem crescente de valor.
3. Caso se verifique empate na ordenação final de duas ou mais propostas, a ordenação deve respeitar os seguintes critérios de desempate, de forma sequencial:
 - a) A proposta que tenha o mais reduzido prazo de entrega.
 - b) Proposta com mais anos de garantia.

4. Na eventualidade do empate subsistir, após a aplicação dos fatores de desempate indicados no número anterior, a ordenação final será determinada em função do desempate das mesmas por via de sorteio a realizar presencialmente com o júri do procedimento e os concorrentes, em data, hora e local a comunicar através da plataforma eletrónica em uso, com a antecedência mínima de 3 dias, do qual será lavrada ata para todos os presentes. Caso algum dos concorrentes empatados não compareça, o sorteio realiza-se com os que se encontrarem presentes.

Artigo 12.º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 13.º

Relatório preliminar de análise das propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 14.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 15.º

Relatório final de análise das propostas

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO

Artigo 16.º

Notificação da decisão de adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

Artigo 17.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - d. Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual;
 - e. Apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
2. O Adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
3. Quando o Adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário, será concedido um prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.

Artigo 18.º

Caução

1. O Adjudicatário deverá prestar caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do CCP, correspondente a 3% do preço contratual, a qual será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário e de

acordo com os modelos constantes dos anexos ao presente programa de procedimento (**ANEXO VIII e IX**), caso o valor contratual seja igual ou superior a 500 000€.

2. O Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.
3. Será dispensada a prestação de caução ao Adjudicatário que apresente seguro da execução do contrato, pelo preço total do respetivo contrato, nos termos do n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Aplicar-se-á o regime estabelecido no número anterior caso exista assunção de responsabilidade solidária com o Adjudicatário, pelo preço total do respetivo contrato, por entidade bancária reconhecida.
5. O depósito em dinheiro ou em títulos será efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Entidade Adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.
6. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
7. Se o Adjudicatário prestar caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
8. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
9. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 19.º

Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças

- 1 A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma, disponível eletrónica <https://pt.vortal.biz/>.
- 2 O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

Artigo 20.º

Assinatura eletrónica

- 1 Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

2 Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

3 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

Artigo 21.º

Agrupamentos

1 Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2 Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da sua proposta.

3 Qualquer alteração na composição do agrupamento concorrente terá de ser autorizada previamente pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do agrupamento, em qualquer fase do procedimento.

4 Os membros de um agrupamento não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.

5 Todos os membros do agrupamento concorrente que seja Adjudicatário, têm de apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 16.º que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 81.º do CCP.

6 Quando for o caso, cada um dos membros que integra o agrupamento concorrente, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

7 Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento Adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, devendo os seus membros indicar o chefe de consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e a esta dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

8 Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente devem preencher cumulativamente as seguintes condições:

a) Satisfazer as disposições legais e as exigências previstas no presente procedimento, relativamente ao objeto do contrato a celebrar;

b) Assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato, através do preenchimento da declaração que constitui o Anexo VI ao presente Programa;

c) Designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar, com a sua proposta, instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem, nos termos do Anexo VII ao presente Programa.

Artigo 22.º

Proteção de dados

1 Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c), do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

2 Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.

3 Os concorrentes têm o direito, em qualquer altura, a solicitar à entidade adjudicante, através de mensagem de correio eletrónico para o endereço indicado no artigo 1.º deste Programa, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

4 Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

Artigo 23.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 24.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso observar-se-á o disposto no CCP.

Lisboa, outubro de 2024

O Conselho de Administração da ENSINUS – ESTUDOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS, S.A.

ANEXO I

Instruções para preenchimento do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter>, importando e utilizando o ficheiro “x” constante na pasta de arquivo “DEUCP.zip” junta ao presente programa de procedimento.

NOTA:

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser acedido em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/> procedendo de acordo com as orientações do IMPIC - https://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

- ⇒ a entidade adjudicante cria um DEUCP, preenchendo a Parte I
- ⇒ e depois disponibiliza o formulário para que os concorrentes preencham as Partes II em diante.

ANEXO II

Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO NOVO PARA CTE DE INFORMÁTICA, Nº CPI 001/CCP/2024**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de ___EUR, a que correspondem os seguintes preços unitários:

LOTE* ___

Part number	Descrição	Preço unitário	Quantidade	Valor total
Total				

*Replicar pelos lotes a que apresentar proposta.

Preço Global da Proposta: (expresso em euros e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), é indicado em algarismos e por extenso).

... (local),... (data),... [assinatura]

ANEXO III

**Proposta contendo listagem discriminada dos bens propostos a que se refere a alínea c)
do n.º 1 do artigo 7.º**

i. Identificação do Concorrente

Denominação Social:

Número de Identificação Fiscal (NIF):

ii. Proposta de bens

Lote X **

Designação

Identificação do bem

Descrição das características técnicas das soluções
equipamentos e mobiliário

**Replicar pelos lotes a que apresentar proposta.

ANEXO IV

Declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO e EQUIPAMENTO NOVO PARA CTE DE INFORMÁTICA, Nº CPI 001/CCP/2024** designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que no âmbito do aludido procedimento inexistiu qualquer tipo de comunicação e/ou de relação direta ou indireta tida entre a sua representada (2) e as suas concorrentes na apresentação de proposta, tendo por objeto ou efeito, práticas restritivas da concorrência, por conluio ou concertação entre empresas, em infração ao regime jurídico da concorrência nacional (artigo 9.º da Lei nº 19/2012 de 8 de maio), “Lei da Concorrência”) e europeu (artigos 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, “TFEU”).

O candidato declara estar consciente e informado de que a violação do artigo 9.º da Lei da Concorrência e, se aplicável, do artigo 101.º do TFEU, por acordos ou práticas concertadas entre empresas que tenham por objeto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência, constitui contraordenação punível com coima i) às empresas infratoras, até 10% do seu volume de negócios total e ii) aos respetivos administradores e gestores, até 10% da sua remuneração anual, assim como, sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei da Concorrência, que preveem, entre outras, a possibilidade de “privação do direito de participar em procedimentos de formação de contratos” durante um período máximo de dois anos (artigos 67.º e seguintes da Lei da Concorrência)

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ANEXO V

Declaração de conflito de Interesses

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO NOVO PARA CTE DE INFORMÁTICA, Nº CPI 001/CCP/2024**, declara, sob compromisso de honra, que

a) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

b) Não detém qualquer participação social ou interesses nas associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

c) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com outras entidades cuja atividade possa colidir com o exercício das atribuições e competências da entidade adjudicante e que possa originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

d) Se ao longo da prestação dos serviços / do fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, compromete-se a informar a entidade adjudicante desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação;

e) Não existe conflito de interesse com os demais concorrentes do presente procedimento, ou com familiares destes, que ponha em causa a sua garantia de independência;

f) Não existe conflito de interesse, nem por parte da sua representada, nem de qualquer dos membros da equipa técnica, que ponha em causa a garantia de independência na execução das diferentes tarefas necessárias / no fornecimento dos bens (selecionar consoante o tipo de contrato) necessários à boa execução do contrato;

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

ANEXO VI

Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de “aquisição de infraestrutura tecnológica, equipamentos e mobiliário destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática, declaram, sob compromisso de honra, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 8 do artigo 20.º do Programa do Concurso, assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato, e que se comprometem, entre si, na qualidade de membros do agrupamento concorrente, a constituir-se sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, caso seja adjudicada a proposta por si apresentada, com vista à celebração do Contrato objeto do referido concurso.

Mais declaram obrigar-se a, no momento da sua constituição sob a forma de Consórcio Externo, designarem como Chefe do Consórcio [identificação], a quem conferirão os poderes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 8 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e a esta dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do Contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

... (local),... (data),... [assinatura] dos subscritores

ANEXO VII
Instrumento de Mandato

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de **“AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO e EQUIPAMENTO NOVO PARA CTE DE INFORMÁTICA, Nº CPI 001/CCP/2024”** mobiliário destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática, vêm, nos termos e para efeitos da alínea c) n.º 8 do Artigo 20.º do Programa do Concurso, designar como representante comum do agrupamento constituído pelas entidades acima identificadas [identificar Representante Comum do Agrupamento que deverá ser pessoa singular], a quem conferem, com faculdade de delegação, a competência para a prática de todos os atos considerados necessários ou adequados no âmbito do referido concurso, designadamente, o poder para assinar a proposta e ainda os poderes suficientes para intervir e apresentar reclamações ou recursos.

(local),... (data),... [assinatura] dos subscritores

ANEXO VIII

Modelo de Garantia Bancária

O Banco, com sede em....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de euros, presta a favor da ENSINUS – Estudos Técnicos e Profissionais, S.A., entidade proprietária da Escola Profissional INETE – Instituto de Educação Técnica, pessoa coletiva n.º 502052341, uma garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de euros, correspondente a (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a ENSINUS – Estudos Técnicos e Profissionais, S.A., entidade proprietária da Escola Profissional INETE – Instituto de Educação Técnica, pessoa coletiva n.º 502052341 vai outorgar e que tem por objeto o procedimento de **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO NOVO PARA CTE DE INFORMÁTICA, Nº CPI 001/CCP/2024**, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da ENSINUS – Estudos Técnicos e Profissionais, S.A., entidade proprietária da Escola Profissional INETE – Instituto de Educação Técnica, pessoa coletiva n.º 502052341 sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data

Assinaturas

ANEXO IX
Modelo de Guia de Depósito

Vai -----, residente (ou com escritório) em -----, na -----
-----, depositar na ----- (sede, filial, agência ou delegação) da -----
----- (instituição), sita na Rua _____ em ____ a quantia de -----
(por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) -----, como
caução exigida para a execução da prestação de **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E
EQUIPAMENTO NOVO PARA CTE DE INFORMÁTICA, Nº CPI 001/CCP/2024**, para os efeitos
previstos no Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem da ENSINUS – Estudos Técnicos e Profissionais, S.A., entidade
proprietária da Escola Profissional INETE – Instituto de Educação Técnica, pessoa coletiva n.º
502052341, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.